JANUÁRIA

Minas Gerais

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

JANUÁRIA

MINAS GERAIS

☆ *ASPECTOS FÍSICOS — Área: 16 998 km² (1956); altitude: 434 m; temperatura média em ºC das máximas: 36; das mínimas: 19.*

☆ *POPULAÇÃO — 52 962 habitantes (estimativa para 31-XII-1955).*

☆ *ATIVIDADES PRINCIPAIS — Produção de algodão e arroz e criação de gado bovino.*

☆ *ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS — 2 agências.*

☆ *VEÍCULOS REGISTRADOS (na Prefeitura Municipal) — 3 automóveis e 47 caminhões.*

☆ *ASPECTOS URBANOS (sede) — 400 ligações elétricas, 3 hotéis, 3 pensões, 3 cinemas e 1 teatro.*

☆ *ASSISTÊNCIA MÉDICA (sede) — 2 hospitais gerais com 65 leitos; 5 médicos no exercício da profissão.*

☆ *ASPECTOS CULTURAIS — 50 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, 2 estabelecimentos de ensino médio; 2 tipografias, 2 livrarias e 1 jornal.*

☆ *ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 1956 (milhares de cruzeiros) — receita prevista total: 2 000; receita tributária: 860; despesa fixada: 1 800.*

☆ *REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — 15 vereadores em exercício.*

Texto e desenho da capa de Marcos Vinícius da Rocha, da Diretoria de Documentação e Divulgação do CNE.

ASPECTOS HISTÓRICOS

ANTES que a expansão paulista, na época do ouro, se conjugasse à baiana e pernambucana, já os obscuros criadores de gado do leste superior e do nordeste, na sua marcha lenta mas incontida, plantavam currais no vale do São Francisco mineiro e de seus numerosos afluentes. O "rush" da mineração, quando vagas humanas de várias procedências convergiram para as Minas Gerais, apressou, incontestàvelmente, a ocupação do interior.

Longa é a lista das bandeiras e entradas que devassaram a região.

Fugindo à ação da justiça real, Borba Gato, após o atentado em que perdeu a vida o fidalgo espanhol D. Rodrigo de Castelo Branco, atinge, nas suas correrias pelos sertões, a região são-franciscana. Algumas de suas pousadas transformam-se, com o tempo, em núcleos de futuras cidades. Em seguida ao descobrimento das terras de São Simão, o bandeirante chega, com os seus homens, ao atual Brejo do Amparo, fundando uma aldeia no sítio onde hoje se ergue a igreja de Nossa Senhora do Amparo.

Vencida a tenaz resistência dos índios Caiapós, o povoado, que mais tarde foi denominado São João das Missões, transferiu-se, com o correr dos anos, para a beira do São Francisco. Assim, aos poucos, surgiu Januária.

Reza a história que, do casamento da índia Catarina com um dos antigos expedicionários, teriam surgido as primeiras famílias da região.

Pretende-se que a denominação do Município tenha representado, na época, homenagem à princesa imperial D. Januária, à maneira do que se verificou com outras localidades mineiras: Mariana e Leopoldina. Entretanto, a tradição popular liga a origem do topônimo ao nome de uma preta velha residente à beira-rio e por todos respeitada. O fato é que, quando o local em que ela residia ainda se chamava Pôrto do Salgado e o Brejo do Amparo era a sede do Município, os negociantes encarregavam-na de cuidar das mercadorias negociadas. Era, então, corrente a ex-

pressão: "Vai à casa da Januária", daí, por simplificação, ter-se-ia originado a denominação atual.

A produção da cana-de-açúcar, cereais, algodão e mamona, bem como a existência do pôrto fluvial, determinaram, desde cedo, intensa atividade comercial na região, fator favorável ao desenvolvimento do Município.

A criação do distrito deve-se à Resolução Régia de 2 de janeiro de 1811. O Município foi criado, com sede na povoação de Brejo do Amparo, pela Resolução de 30 de junho de 1833. Segundo outra fonte, o referido Município, instituído em 20 dos mesmos mês e ano, teria por sede, entretanto, o povoado de Pôrto do Salgado.

Por longo tempo o Município teve sua sede constantemente mudada. Assim, a Lei provincial n.º 54, de 9 de abril de 1836, localizou-a no povoado de Amparo do Brejo, que, consoante outros dados, teria a designação de Brejo do Salgado, ou ainda arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado, voltando, em face da Lei provincial n.º 279, de 11 de abril de 1845, a situar-se em Pôrto do Salgado. Levada daí para Brejo do Amparo, em virtude da Lei provincial n.º 472, de 31 de maio de 1850, retornou a Pôrto do Salgado, em razão da de n.º 654, de 17 de junho de 1853.

A Lei provincial n.º 1 093, de 7 de outubro de 1860, concedeu foros de cidade à sede do Município, a qual, pelo disposto na Lei provincial n.º 1 814, de 30 de setembro de 1871, novamente voltou a situar-se em Brejo do Amparo.

Todavia, o Município que, por efeito da Lei provincial n.º 3 194, de 13 de setembro de 1884, passou a chamar-se Januária, teve sua sede revertida a Pôrto do Salgado, em cumprimento à de n.º 3 297, de 27 de agôsto de 1885.

A Lei n.º 2, de 14 de setembro de 1891, manteve o distrito de Januária.

Segundo a divisão administrativa do País, vigente a 1.º de janeiro de 1958, o Município é composto de 8 distritos: Januária, Brejo do Amparo, Cônego Marinho, Itacarambi, Levinópolis, Missões, Pedras de Maria da Cruz e Riacho da Cruz.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Januária pertence à chamada Zona do Alto Médio São Francisco, uma das 17 regiões fisiográficas em que o Estado de Minas Gerais está subdividido e da qual fazem parte, também, os municípios de Manga e São Francisco.

A cidade, cuja distância da capital estadual, em linha reta, é de 494 quilômetros, apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 15º 29' 27" de latitude sul e 44º 21' 32" de longitude W. Gr.

ASPECTOS FÍSICOS

O território de Januária é bastante acidentado, destacando-se a Serra Geral, cuja direção, no Município, é aproximadamente paralela ao São Francisco, principal rio que o corta. Banham-no, ainda, vários tributários do São Francisco: Pardo, Pandeiros e Carinhanha. Há também várias lagoas e riachos.

Chuvas abundantes caem, com pequenas interrupções, entre outubro e fevereiro; de abril a setembro, diminuem sensìvelmente. A temperatura máxima é da ordem de 36 graus centígrados, e a mínima, de 19.

O São Francisco é navegável no seu trecho médio. No período das enchentes a profundidade alcança 10 metros — e mais, quando começa a inundar a cidade; no estio, voltando à profundidade normal, torna-se, em certos trechos, de difícil navegabilidade.

Na flora, além de plantas medicinais (ipecacuanha, salsaparrilha, etc.), assinalam-se fibras vegetais (tucum, imbirema branca, caroá, piteira e guaxima), exemplares oleaginosos (copaíba) e madeiras, estas em grande variedade (cedro, braúna, tapinhã, guapeva, pindaíba e canjerana).

Dentre as riquezas minerais, registram-se o chumbo (extraído no distrito de Itacarambi), a prata e o cristal.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

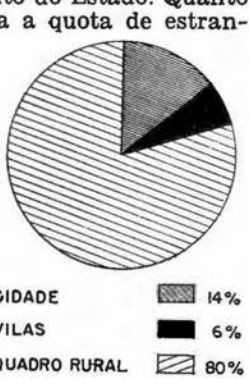
O Município contava, na data do Recenseamento Geral de 1950, 49 756 habitantes — 23 754 homens e 26 002 mulheres.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população municipal para 1955 em 52 962 habitantes (27 885 pessoas nos distritos de Januária e Brejo do Amparo, ou seja, 53%).

Na discriminação da população segundo a religião verifica-se que o Município reflete, aproximadamente, a composição do conjunto estadual (99% de católicos em Januária contra 96% em todo o Estado). Em relação à côr, entretanto, a composição municipal contrapõe-se à estadual: 30% de habitantes de côr branca e 70% de côr preta ou parda, para 58% e 41%, respectivamente, de côr branca e preta ou parda no conjunto do Estado. Quanto à nacionalidade, é ínfima a quota de estrangeiros no Município: 0,02% (a quota correspondente para o Estado é de 0,3%).

A cidade de Januária congrega 14% dos habitantes, e as vilas, em conjunto, apenas 6%.

Em todo o Estado de Minas Gerais encontram-se 70% de habitantes no quadro rural; em Januária essa quota eleva-se para 80% (o quadro urbano de Januária conta 17% das pessoas e o suburbano, 3%).



PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

As principais atividades econômicas dos habitantes de Januária são identificadas pela elevada quota de pessoas que exercem a ocupação principal no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Considerando o total de pessoas de 10 anos e mais e, dentre estas, o contingente das que exercem atividades econômicas, pode-se estimar a quota das que estão trabalhando nos ramos "agricultura, pecuária e silvicultura" e "indústrias de transformação" em 85% e 3%, respectivamente (percentagens calculadas sôbre o referido total, exclusive os habitantes inativos, os que exercem atividades domésticas não remuneradas e discentes e os que não puderam ser incluídos em algum outro ramo).

Agricultura e pecuária

A LAVOURA e a pecuária absorvem grande parcela da população ativa.

Embora os processos empregados na lavoura sejam, na maioria dos casos, os mesmos dos tempos coloniais, tem ela posição destacada na economia local.

As chuvas que ocorrem nos meses de outubro a fevereiro concorrem para que se obtenham safras abundantes. No período abril-setembro, quando escasseiam as precipitações pluviais o inverno prejudica as plantações.

As culturas do algodão, arroz, mamona, mandioca, fava, cana-de-açúcar, batata-doce e milho são praticadas com êxito, não obstante os processos empíricos e rotineiros utilizados. Outras lavouras dignas de nota são as da banana, manga, melancia e laranja. O auxílio financeiro prestado pelo Govêrno federal aos lavradores, através do Banco do Brasil, tem incrementado bastante a agricultura; ressente-se esta, porém, da falta de maquinaria agrícola e de assistência técnica.

Em 1955, o valor da produção agrícola elevou-se a 52 milhões de cruzeiros, dos quais 13 milhões resultantes da cultura algodoeira (dados do Serviço de Estatística da Produção):

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Algodão	13 050	25,08
Arroz com casca	8 550	16,43
Mamona	8 138	15,64
Mandioca	5 031	9,67
Feijão	5 000	9,61
Cana-de-açúcar	4 173	8,02
Batata-doce	2 990	5,75
Milho	2 800	5,38
Banana	825	1,59
Manga	528	1,01
Outros (1)	954	1,82
TOTAL	**52 039**	**100,00**

(1) Em "outros" incluem-se os seguintes produtos: melancia, fumo em fôlha, laranja, côco-da-baía, abacate, alho e limão.

Em 1956, foram produzidas 165 360 arrôbas de algodão em caroço; 25 430 sacos de 60 quilogramas de arroz; 430 toneladas de batata-doce; 25 250 toneladas de cana-de-açúcar.

A cana-de-açúcar e a mandioca são transformadas para produção de aguardente, rapadura e farinha de mandioca.

Em relação à pecuária, poucos são os criadores que adotam os modernos métodos da zootecnia. Os rebanhos bovinos constituem-se, em grande parte, de "curraleiros", denominados no local "pés duros". Há, todavia, gado mestiço e zebu em número apreciável.

Em 1956, os efetivos de gado estavam assim constituídos (número de cabeças):

Bovinos	75 000
Eqüinos	8 000
Asininos	600
Muares	1 700
Suínos	14 500
Ovinos	3 600
Caprinos	3 000

Pirapora, Montes Claros e Juàzeiro são os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do Município; Montes Claros e Belo Horizonte, os centros importadores de gado januarense.

Produção Florestal

EM 1954, foram produzidos 180 000 metros cúbicos de lenha no valor de 7,2 milhões de cruzeiros e 3 500 metros cúbicos de madeira

para construção no valor de 1,1 milhões de cruzeiros.

Em relação à lenha, convém observar que, em Minas Gerais, poucos municípios apresentaram, no referido ano, produção superior à de Januária; dos que o ultrapassaram, apenas Guanhães e Ponte Nova atingiram 400 000 metros cúbicos.

Indústrias de transformação

A INDÚSTRIA de transformação de Januária reduz-se, pràticamente, à de beneficiamento de algodão e fabricação de bebidas, principalmente de aguardente. A manteiga é fabricada em pequena escala.

Em 1955, segundo elementos colhidos pelo Registro Industrial (e referentes apenas aos estabelecimentos que ocupavam 5 ou mais pessoas), contava o Município com 14 estabelecimentos fabris, dos quais 12 de indústrias de bebidas.

O valor da produção industrial elevou-se a 42 milhões de cruzeiros, dos quais 26 milhões resultantes da indústria têxtil (beneficiamento do algodão), 9 milhões da de produtos alimentares, e 8 milhões da de bebidas.

Produção de pescado

A PESCA é praticada em escala apreciável, sendo as principais espécies as seguintes: curimatã, surubi e dourado.

Em 1955, foram produzidas 197 toneladas no valor de 2,3 milhões de cruzeiros (dados do Serviço de Estatística da Produção). Essa quantidade representa parcela apreciável (10%) do total correspondente ao Estado. Nesse mesmo ano, os principais municípios pesqueiros foram:

	Toneladas
JANUÁRIA	197
São Francisco	165
Pirapora	145

MEIOS DE TRANSPORTE

Não há estrada de ferro no Município, realizando-se suas ligações com as localidades vizinhas por estradas de rodagem ou pelo

rio São Francisco. As ligações com as cidades vizinhas, com as capitais estadual e federal efetuam-se através dos seguintes meios de transporte:

Brasília — Misto — *a*) fluvial, até Pedras de Maria da Cruz: 19 km; *b*) daí, rodoviário até Januária: 101 km.

Carinhanha, BA — 1) Fluvial: 167 km; 2) Rodoviário, via Riacho da Cruz, Fabião, Itacarambi, Missões e Manga: 208 km.

Manga — 1) Fluvial: 109 km; 2) Rodoviário, via Riacho da Cruz, Fabião, Itacarambi e Missões: 136 km.

Montes Claros — Rodoviário: 210 km.

São Francisco — Fluvial: 89 km.

Capital Estadual — 1) Misto — *a*) fluvial, até Pirapora: 319 km; *b*) ferroviário (Estrada de Ferro Central do Brasil): 430 km, ou rodoviário: 407 km; ou então *a*) rodoviário, até Montes Claros: 210 km; *b*) ferroviário (EFCB): 541 km; 2) Aéreo, via Pirapora: 540 km.

Capital Federal — 1) Misto — *a*) fluvial, até Pirapora: 319 km; *b*) ferroviário (EFCB), via Corinto, General Carneiro, Sabará, Burnier e J. Murtinho: 1 006 km; 2) Aéreo, via Pirapora-Belo Horizonte: 893 km.

COMÉRCIO E BANCOS

Em 1950, Januária contava 162 estabelecimentos varejistas, com o valor de vendas, no ano anterior, de 18 milhões de cruzeiros. Havia, na mesma data, 23 estabelecimentos atacadistas com vendas no valor de 20 milhões de cruzeiros.

Em 1956, os estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas eram em número de 30 e 8, respectivamente, (convém observar que êstes últimos dados referem-se apenas aos estabelecimentos comerciais cujo valor das vendas foi superior a 200 milhões de cruzeiros).

Em 1955, o giro comercial do Município atingiu 130 milhões de cruzeiros, o que corresponde a cêrca de 1% do dado relativo ao município da capital.

Em relação ao movimento bancário, contava o Município com as agências do Banco do Brasil S.A., e Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S.A.

As principais contas do ativo e do passivo, na praça de Januária, em 31 de janeiro de 1957, registraram os seguintes dados:

CONTAS	SALDOS EM 31-1-1957 (Cr$ 1 000)		% de Januária sôbre Juiz de Fora
	Januária	Juiz de Fora	
Empréstimos em C/C	18 469	467 857	3,95
Títulos descontados	28 264	515 308	5,48
Depósitos à vista e a curto prazo	16 465	732 236	2,25
Depósitos a prazo	505	66 367	0,76

SALÁRIOS

Os salários mínimos do trabalhador adulto (em vigor a partir de 1.º de agôsto de 1956) fixados para o Estado de Minas Gerais variam entre o máximo de 3 300 cruzeiros (na 1.ª sub-região, à qual pertence, entre outros, o município da Capital) e o mínimo de 2 850 cruzeiros (III.ª sub-região à qual pertencem Januária e a maioria dos municípios mineiros).

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que a quota de pessoas alfabetizadas no Município seja superior a 24%, percentagem verificada naquele ano (calculada sôbre o total das pessoas de 10 anos e mais). A correspondente quota para o Estado é da ordem de 44%.

Ensino

Em 1956, existiam no Município 50 unidades escolares de ensino primário fundamental comum. Quanto ao ensino não primário, 2 estabelecimentos: Ginásio e Escola Técnica de Comércio e Escola Normal São João (com os cursos ginasial, normal e técnico de contabilidade) e o Ginásio Estadual e Escola Normal Oficial "Olegário Maciel" (com os cursos ginasial e normal).

Contavam-se, no mesmo ano, 100 professôres primários e 35 secundários.

FINANÇAS PÚBLICAS

Em 1956, a receita total orçada para o Município foi de 2 000 milhares de cruzeiros, dos quais 860 correspondentes à tributária; a despesa fixada para êsse ano foi de 1 800 milhares de cruzeiros.

No período 1951/56, as finanças do Município atingiram as seguintes cifras (dados fornecidos pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças):

ANOS	FINANÇAS (Cr$ 1 000)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou "deficit" do balanço
	Total	Tributária		
1951.....	1 296	450	1 666	— 370
1952.....	1 301	516	1 512	— 211
1953 (1).....	1 800	740	1 800	—
1954 (1).....	1 800	740	978	+ 822
1955.....	2 137	748	2 078	+ 59
1956 (1).....	2 000	860	1 800	+ 200

(1) Dados do orçamento.

As principais contas, em que se decompõe a receita tributária total para 1956, são as seguintes:

	(Cr$ 1 000)
Tributária	860
Impostos	739
Territorial	70
Predial	180
Sôbre indústrias e profissões	380
De licenças	100
Jogos e diversões	2
Selos	4
Outros	3
Taxas	121
Viação	1
Outras	120

A despesa municipal, em 1956, achava-se assim distribuída, segundo os serviços:

(Cr$ 1 000)

Despesa total	1 800
Administração geral	282
Exação e fiscalização financeira	98
Segurança pública e assistência social	8
Educação pública	167
Serviços industriais	268
Serviços de utilidade pública	743
Encargos diversos	234

A arrecadação da receita federal e municipal apresentou os seguintes dados para o período 1951/56:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)	
	Federal (1)	Municipal
1951	1 500	1 296
1952	1 600	1 301
1953	2 000	1 800
1954	2 000	1 800
1955	2 700	2 137
1956	2 800	2 000

(1) Dados da Inspetoria Regional de Estatística Municipal.

DIVERSOS ASPECTOS DO MUNICÍPIO

A Cidade de Januária, localizada às margens do São Francisco, é sujeita a inundações causadas pelas enchentes, atenuadas por barragens protetoras, construídas pela União.

A sede municipal e os distritos de Itacarambi e Maria da Cruz possuem abastecimento d'água (do São Francisco); as localidades mais distantes captam a água de poços, a grandes profundidades.

A insuficiência da usina hidrelétrica do Periperi e do conjunto termoelétrico da Cidade levou o Município a iniciar a construção da central elétrica de Pandeiros.

Conta o Município com um Pôsto de Higiene (sob a direção do Hospital do SESP), um pôsto de puericultura e outro para tratamento do tracoma. Dois são os hospitais gerais: o de São Vicente de Paulo e o do SESP.

Na Cidade, estão localizadas as seguintes repartições públicas: Prefeitura Municipal, as Coletorias Federal e Estadual, Comissão do Vale do São Francisco, Serviço de Divisão de Águas e Agência dos Correios e Telégrafos, além da Agência Municipal de Estatística, órgão integrante do sistema estatístico brasileiro.

Dentre as curiosidades do Município, assinalam-se, no morro do Tatu, distrito de Cônego Marinho, a gruta do Monge e, ainda, no mesmo distrito, a gruta do Guarda-mor. Na primeira encontram-se vários objetos e figuras de arte primitiva; no teto da segunda, curiosos desenhos coloridos de origem indígena e de estilo semelhante ao marajoara.

Esta publicação faz parte da série de monografias municipais organizada pela Diretoria de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística. A nota introdutória, sôbre aspectos da evolução histórica do Município, corresponde a uma tentativa no sentido de sintetizar, com adequada sistematização, elementos esparsos em diferentes documentos. Ocorrem, em alguns casos, divergências de opinião, comuns em assuntos dessa natureza, não sendo raros os equívocos e erros nas próprias fontes de pesquisa. Por isso, o CNE acolheria com o maior interêsse qualquer colaboração, especialmente de historiadores e geógrafos, a fim de que se possa divulgar de futuro, sem receio de controvérsias, o escôrço histórico e geográfico dos municípios brasileiros.

IBGE — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Presidente: Jurandyr Pires Ferreira
Secretário-Geral em exercício: Hildebrando Martins

COLEÇÃO DE MONOGRAFIAS

(2.ª série)

101 — Santa Quitéria. 102 — Guaíba. 103 — Adamantina. 104 — Prudentópolis. 105 — São Fidélis. 106 — Brusque. 107 — Patos. 108 — Propriá. 109 — Mossoró. 110 — Quixeramobim. 111 — Cipó. 112 — Cachoeira do Sul. 113 — Floriano. 114 — Baependi. 115 — Guaçuí. 116 — Ponte Nova. 117 — Goiânia. 118 — Caxambu. 119 — João Pessoa. 120 — Mariana. 121 — Jaboatão. 122 — Carandaí. 123 — Tijucas. 124 — Estância. 125 — Caruaru. 126 — São Pedro do Sul. 127 — O Vale do Cariri. 128 — Açu. 129 — Lençóis. 130 — Bom Jesus. 131 — Cangussu. 132 — Juàzeiro do Norte. 133 — Livramento. 134 — Rio Claro. 135 — Itajubá. 136 — Buquim. 137 — Conceição do Mato Dentro. 138 — Campo Maior. 139 — Dois Córregos. 140 — Paranaíba. 141 — Lapa. 142 — Picuí. 143 — Território do Acre. 144 — Russas. 145 — Três Pontas. 146 — Juàzeiro. 147 — São Lourenço. 148 — Januária. 149 — Santo Amaro. 150 — Passo Fundo. 151 — Marquês de Valença. 152 — Osório. 153 — Viana. 154 — Irati. 155 — Muqui. 156 — Vassouras. 157 — Magé. 158 — Cantagalo. 159 — Santarém. 160 — Araraquara. 161 — Pau dos Ferros. 162 — Itambé. 163 — São Carlos. 164 — Estrêla do Sul. 165 — Garanhuns. 166 — Itacoatiara.

Acabou-se de imprimir, no Serviço Gráfico do IBGE, aos quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinqüenta e oito.